

ATA DA 53ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Fabrício Bogas Gastaldi representante titular (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler representante suplente (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz), Valdete Daufemback (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Vera Lúcia Vargas, representante titular (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Lucilene Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SC) **e representantes governamentais:** Cláudio Márcio Araújo da Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED), Luciano Carmo (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Débora Carla Melo e Pimenta (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE), e **como convidada:** a senhora Maria Helena que sucederá a atual representante suplente da Acontece Arte e Política LGBTI+, o delegado Luís Felipe Fuentes (6ª Delegacia de Polícia da Capital) e a ex-conselheira Erli Camargo. A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Gastaldi (Acontece) que se apresentou fazendo sua autodescrição, agradeceu a presença de todos e na sequência fez a **leitura da ordem do dia (3)** para aprovação e/ou considerações. O presidente indagou a secretária acerca do **levantamento de quórum (2)**, a Secretária do Conselho respondeu que havia sido atingido quórum, e; em seguida fez a leitura das **justificativas de ausências (4)**, sendo estas encaminhadas pela conselheira suplente professora Maria Lúcia (IMDH), conselheiro suplente Ricardo Maes (CUT-SC), porém ambos os titulares estavam presentes, e; por fim a conselheira Ludmila Malta (SES) e sua suplente. Fabrício (Acontece) sugeriu ser feita uma inversão de pauta trazendo para o início os informes gerais, a aprovação das atas pendentes e na sequência os convidados. Antes de iniciar as discussões, o presidente, em nome do CEDH, se solidarizou com as mais de 600 (seiscentas) mil famílias atingidas pelo COVID-19 e declarou apoio às Defensorias Públicas do país em relação a situação de ataques que essas vem sofrendo. Fabrício Gastaldi (Acontece) abriu a palavra para que fossem feitos os **informes gerais (13)**. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) lembrou que havia pedido no grupo do Conselho para ser incluído na pauta a possibilidade de emissão de carta de apoio a senhora Dalila Pedrini. A conselheira fez um breve relato da situação ocorrida ficando como **encaminhamento que a própria conselheira redigisse nota de apoio que, após, finalizada deveria ser compartilhada no grupo do CEDH e assinar moção em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM)**. Finalizado os informes gerais, o presidente passou a palavra para o convidado, delegado Luís Felipe Fuentes. O convidado se apresentou como atual delegado da Delegacia da Mulher, criança, adolescente e idoso da capital – DPCAMI estando há quase 20 (vinte) anos na Polícia Civil, passando por Joinville, Videira e Fraiburgo. O delegado se colocou à disposição para qualquer iniciativa do CEDH. A conselheira Celina (IGENTES) sugeriu emitir nota pública em apoio às defensorias públicas contra os ataques sofridos por essas. Fabrício (Acontece)

54 fez seu último informe quanto à participação da conselheira Maria (IMDH)
55 representando este Conselho plenário nacional juntamente com os
56 Movimentos Sociais em favor das ouvidorias e das defensorias públicas e sugeriu
57 que a conselheira **Celina (IGENTES) redigisse a nota em apoio as**
58 **Defensorias**. Dando continuidade foi iniciado o **ponto (5)** da pauta acerca das
59 **devolutivas dos últimos encaminhamentos**. O presidente informou as últimas
60 ações do Conselho e suas devolutivas começando pelo *chamamento dos*
61 *Conselheiros que compõem a Comissão de Monitoramento de Violações em*
62 *Direitos Humanos*, na sequência comentou acerca dos *resultados da reunião com*
63 *o diretor de habitação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)*
64 *que tratou da ocupação Anita Garibaldi*(ponto 10), onde a vice-presidente Celina
65 Rinaldi (IGENTES) também estava presente. Segundo relatou o presidente, o
66 governo do estado não se comprometeu em retirar as famílias, porém ficou
67 acordado que essas fariam seus cadastros e, no dia seguinte, os advogados que
68 fazem a representação do Movimento, encaminhariam uma carta a ser
69 protocolada na própria SDS com as reivindicações por moradia. Celina
70 (IGENTES) definiu a reunião como, *difícil*, e sem ao menos um simples pedido de
71 manutenção de energia elétrica para as famílias. A conselheira continuou seu
72 relato dizendo ter sido importante essa reunião, uma vez que se abriu um canal
73 de conversa, e; mencionou a *boa* representação, não somente da Ocupação Anita
74 Garibaldi, mas de várias outras ocupações. Finalizou informando que a referida
75 Ocupação se encontrava com um mandado de despejo, que estaria sendo
76 juridicamente agravado, mas, do ponto de vista administrativo e político não teria
77 tido solução. A palavra foi passada a defensora Ana Paula que não esteve
78 presente na supracitada reunião, pois estava em período de férias. A defensora
79 mencionou a importância de se continuar este diálogo não somente em relação à
80 referida ocupação, mas, em relação a todas as famílias que residem em
81 assentamentos informais no estado, visto que a situação de moradia em Santa
82 Catarina seria preocupante, de acordo com a mesma. A defensora comentou
83 acerca da implementação de um núcleo específico para trabalhar essas questões
84 na Defensoria Pública do Estado e, mencionou que a maior preocupação no
85 momento, seria a chegada do final do ano e o transcorrer dos efeitos da Arguição
86 de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828 que estaria
87 garantindo que diversas famílias continuem em suas casas. De acordo com a
88 defensora essa movimentação das instituições, do Conselho e da Sociedade Civil
89 para criar uma via de diálogo com o Poder Público para que Santa Catarina tenha
90 uma política habitacional seria muito importante uma vez que o estado não vem
91 cumprindo com sua obrigação. Segundo a defensora, o estado não teria uma
92 política habitacional efetiva e nenhum tipo de programa para moradia de interesse
93 social, nem os municípios, em sua maioria, qualificando o cenário como de
94 completo desamparo. A convidada mencionou ainda as decisões do Poder
95 Judiciário, determinando reintegração de posse, porém, sem nenhum tipo de
96 acolhimento as famílias, citando o caso da ocupação Anita Garibaldi. Concluiu
97 seu relato sugerindo a criação de um grupo de trabalho do CEDH para discutir
98 essas questões em específico. O presidente mencionou a Comissão de Políticas
99 Públicas para estar discutindo essas questões e, indagou a possibilidade de abrir
100 uma Ação Civil Pública para proteger essas famílias após o dia 31 de dezembro
101 do ano corrente, no sentido de garantir a moradia e o não despejo daquelas. A
102 defensora se pronunciou dizendo ser difícil uma Ação genérica, pois não gera
103 efeitos uma vez que cada uma das ocupações possui suas peculiaridades.
104 Finalizou mencionando aguardar manifestação do Supremo Tribunal Federal –
105 STF. A palavra foi passada para a conselheira Débora Carla (SDE) que
106 cumprimentou a todos (as) e comentou acerca das tentativas de ações que a SDE
107 tem desenvolvido em relação a regularização fundiária. A conselheira explicou
108 que a SDE está preparando cartilhas para auxiliar os municípios que precisam se

109 organizar com as Comissões para análise de pedido de regularização. Débora
110 (SDE) explicou que o estado se colocou à disposição para auxiliar na construção
111 desta cartilha e, concluiu pedindo apoio ao CEDH e aos conselheiros na
112 divulgação dessa ação para que os municípios se organizem e a regularização
113 ocorra de forma efetiva. **Encaminhamento: aprofundar esse debate na**
114 **Comissão de Políticas Públicas e solicitar uma reunião com a SDS para**
115 **traçar metas e pensar ações conjuntas com os municípios para que seja**
116 **efetivada uma política de habitação em Santa Catarina.** *Quanto a devolutiva*
117 *da Procuradoria-Geral do estado de Santa Catarina (PGE) referente ao*
118 *Regimento Interno ponto (11).* O informe foi feito pela conselheira Maria Del
119 Carmen (IMDH) que comunicou o recebimento de algumas considerações da
120 PGE que seria respondida em relação a esses apontamentos, sendo a maioria
121 deles de natureza formal. Complementou, dizendo que caso seja necessária
122 alteração de outro tipo, então passará pela plenária. O próximo informe foi quanto
123 a reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de
124 Santa Catarina (ALESC) sobre os casos de denúncias de violência sexual no
125 presídio de Caçador, ainda aguardando data de reagendamento. O presidente
126 acrescentou ainda devolutiva quanto ao pedido de audiência encaminhado à
127 Comissão de Finanças e Tributos para tratar do PLC nº 009.5/2021 que dispõe
128 sobre a extinção dos cargos de Comissionários da Infância e Adolescência, ainda
129 aguardando devolutiva. Dando continuidade, Fabrício (Acontece) mencionou a
130 reunião com o Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
131 (SAP), senhor Leandro Lima ponto (12), que contou com a presença da
132 conselheira Juliana Coelho de Campos (SAP). Fabrício denominou a reunião
133 como produtiva, visto que o Secretário se encontrava aberto ao diálogo, onde
134 ficou acordado montar um calendário de ações afirmativas e de visita às
135 52 (cinquenta e duas) unidades prisionais de Santa Catarina. Complementou seu
136 relato mencionando a abertura de 4.000 (quatro mil) vagas no sistema carcerário
137 do estado repassado pelo próprio Secretário Leandro. O presidente indagou a
138 conselheira Juliana Coelho (SAP) se haveria mais alguma consideração a ser
139 feita. A conselheira concordou com a colocação do presidente e salientou a
140 importância do Conselho estar presente no sistema prisional, principalmente em
141 época de pandemia, onde as visitas são restritas, sendo a maioria delas de forma
142 virtual. Por fim, complementou explicando que as visitas poderiam ocorrer de
143 forma presencial, de acordo com o mapa de risco, sendo proibida a entrada de
144 sacolas, porém, as famílias têm preferido na modalidade presencial. A conselheira
145 Juliana Coelho (SAP) informou que na semana seguinte seria realizada reunião
146 com o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) para reavaliar a
147 Portaria de abertura das atividades do sistema prisional, publicado recentemente.
148 O presidente pediu a conselheira para compartilhar o resultado dessa reunião no
149 grupo do Conselho. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) pediu o uso da palavra e
150 indagou a conselheira Juliana Coelho (SAP) como estava a situação da
151 resistência dos municípios quanto a questão da construção de presídios em suas
152 regiões. O conselheiro disse ter conhecimento de que àqueles estariam agindo de
153 forma a dificultar a instalação de novas unidades prisionais em suas regiões,
154 criando leis municipais para isto. Dando prosseguimento foi exposto acerca do
155 pedido de reunião com as Centrais elétricas de energia – CELESC para tratar dos
156 cortes de energia elétrica nas comunidades carentes, ainda sem devolutiva.
157 Quanto ao encaminhamento da Recomendação CEDH nº06/2021 que trata da
158 reabertura dos Centros de Referências aos Imigrantes – CRAIs, implantação das
159 casas de passagens e criação de dotação orçamentária específica para as
160 políticas públicas da população imigrante, o presidente lembrou da conversa com
161 a Gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrante (GEIRI) em plenária
162 anterior, onde foi mencionado que haveria reunião com a Polícia Federal para
163 tratar do assunto, porém ainda sem devolutiva ao CEDH quanto aos resultados

164 dessa. O presidente lembrou que nessa conversa foi mencionado que estavam
165 em discussão acerca da “cessão” de estagiários para colaborar nessa empreitada
166 junto à PF.A palavra foi passada para a conselheira Isadora (Cáritas) que
167 repassou a informação de que nesta última segunda-feira, dia 08 de novembro,
168 teria sido realizada reunião onde ficou decidido pela organização de dados para
169 encaminhar a PF na tentativa de se efetivar a proposta de multirão de
170 atendimento previsto para início do próximo ano. Segundo relato da conselheira a
171 PF colocava como entraves: a pandemia, a falta de pessoal e espaço físico não
172 suficiente. Continuou seu relato explicando que quanto ao espaço físico, foi aberta
173 a possibilidade de se utilizar espaços públicos, sendo que a própria Cáritas havia
174 cedido seu espaço. Quanto ao pessoal, estaria sendo providenciada a questão
175 dos estagiários, mencionando que várias instituições que atuam com
176 documentação haviam se disposto a estar auxiliando neste processo de
177 organização da documentação para que desta forma os imigrantes cheguem ao
178 atendimento com a documentação correta evitando assim os atrasos. E, por fim,
179 quanto a pandemia todas as medidas de proteção estavam sendo pensadas. O
180 presidente informou que a sua mais atual conselheira suplente, Maria Helena
181 (Acontece) que irá substituir a Mariana Mescolloto (Acontece), que trabalha com
182 populações imigrantes na UFSC poderia estar auxiliando neste processo. A
183 conselheira Lucilene (CUT-SC) sugeriu ser criado ou disponibilizado algum tipo de
184 material que servisse de “roteiro de orientação” para ser disponibilizado a esse
185 público. A Secretária do Conselho pediu para fazer uso da palavra e explicou que
186 o processo onde foi encaminhado a Recomendação nº06/2021 do Conselho, que
187 trata do tema supracitado estaria na gerência de Políticas para Igualdade Racial e
188 Imigrantes (GEIRI), porém a devolutiva deveria, neste momento, ser semelhante a
189 colocação da conselheira Isadora (Cáritas) pois ambas encontram-se no mesmo
190 GT. A secretária continuou informando que teria sido agendada reunião com o
191 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) no dia 16
192 de novembro às 17h30 e com o Conselho de Assistência Social (CEAS) no dia 18
193 de novembro às 10h para tratar do PLC nº 009.5/2021 que extingue cargos do
194 poder judiciário catarinense. Por fim, a secretária lembrou que na 50ª plenária
195 como estava de férias, não havia sido feito o levantamento dos presentes, então
196 para aqueles que estiveram presentes na plenária e não contemplado em ata, que
197 fosse comunicado para que a inclusão fosse feita. A secretária justificou a
198 ausência da conselheira Fabiana de Souza (SDS). A conselheira Celina
199 (IGENTES) indagou acerca dos encaminhamentos feitos relacionados a
200 Universidade de São José e ao corte de energia elétrica nas comunidades
201 carentes. O presidente respondeu que quanto ao pedido de reunião com as
202 Centrais Elétricas (CELESC) ainda estaria sem devolutiva e, em relação a
203 Universidade de São José, o presidente teve ciência de reunião com a prefeitura,
204 porém disse que não conseguiu participar e indagou se a defensoria havia
205 conseguido. A defensora Ana Paula disse que teve uma reunião, porém ser de
206 seu conhecimento que participaram os estudantes, não sendo estendido convite à
207 defensoria. **Encaminhamento: reforçar pedido com o presidente da Câmara**
208 **de Vereadores, a superintendência, o prefeito, CUT-SC e DPE/SC.** Dando
209 continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (6) da pauta que seria a aprovação**
210 **das atas pendentes.**O presidente colocou em votação as atas da 50ª, 51ª e 52ª
211 reuniões plenárias todas aprovadas por unanimidade. Em relação ao **ponto (7) da**
212 **pauta, continuação das apresentações dos planos de trabalhos das**
213 **Comissões,** o presidente convocou os(as) conselheiros(as) para as
214 responsabilidades assumidas para dar andamento dos trabalhos das Comissões
215 que precisam se efetivar para subsidiar os trabalhos do Conselho. O conselheiro
216 Cláudio Gama (SCC) reforçou o pedido da revista periódica e o boletim
217 informativo aprovados em plenária. Fabrício (Acontece) comunicou que seria
218 reforçado pedido às comissões para se organizarem e apresentarem na próxima

219 plenária seus respectivos planos de trabalhos. Fabrício (Acontece) pediu a
220 convidada senhora Erli Camargo para fazer informe da reunião da Comissão de
221 Políticas Públicas. A convidada salientou a importância de se resgatar os
222 conteúdos que foram trabalhados nas mesorregiões para auxiliar na formação de
223 conselheiros assim como formar algum programa de atuação. Concluiu seu relato
224 informando que das várias formas de formação continuada junto aos conselheiros
225 a que se mostrou mais proveitosa teria sido aquela que trouxe ao contexto das
226 plenárias momentos formativos com as pessoas convidadas. A conselheira Celina
227 (IGENTES) comentou que o conselho da convidada Erli Camargo foi considerado
228 e, a partir disso, ficou deliberado que na próxima plenária será feito um diálogo
229 com um convidado (a) para encerramento das atividades do ano e em
230 comemoração ao dia internacional de Direitos Humanos. A conselheira Lucilene
231 (CUT-SC) mencionou que está sendo discutida a possibilidade de realizar uma
232 reunião presencial da Comissão de Políticas Públicas, dependendo da situação
233 sanitária e finalizou comentando acerca da previsão das conferências regionais e
234 estadual. O presidente lembrou que a Comissão de Monitoramento tem o gargalo
235 da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, destacando que este deve ser um
236 grupo mais restrito devido ao sigilo das denúncias. Na sequência foi introduzido o
237 **ponto (8)** da pauta acerca da discussão de **proposta de Campanha acerca do**
238 **tema: abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes**. O presidente
239 passou a palavra para a conselheira Lucilene (CUT-SC) que propôs esse debate.
240 A conselheira explicou que havia sugerido esse ponto devido ao crescente
241 número de abusos sexual e violência contra as crianças e adolescentes,
242 enfatizando a pandemia. Sugeriu ao pleno que seja pensado na possibilidade em
243 realizar algum tipo de ação para conscientização da sociedade e, concluiu
244 propondo entrar em contato com algum órgão específico para intensificar essa
245 Campanha. O presidente sugeriu entrar em contato com o CEDCA e agir de
246 forma conjunta. Complementou seu relato citando um projeto de lei que estaria em
247 tramitação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC e, de acordo
248 com o mesmo o tratamento dado ao tema foi feito de forma equivocada e
249 preconceituosa. Finalizou sugerindo que o CEDH analise o conteúdo do mesmo,
250 e que fosse discutido com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
251 Adolescente nesta reunião proposta. A conselheira Ana Ludvig (CDH Brusque)
252 informou estar conselheira tutelar e comentou ser alarmante os números de
253 casos, e; propôs ser trabalhado o tema nas escolas em diálogo com o Conselho
254 Estadual de Educação (CEE). A conselheira Lucilene (CUT-SC) sugeriu ser
255 encaminhado ofício ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) relatando
256 a preocupação deste Conselho e pedindo uma Campanha Nacional. A convidada
257 Erli Camargo acrescentou a sugestão da conselheira Lucilene (CUT-SC) fazer o
258 mesmo encaminhamento ao Colegiado de Conselhos Estaduais e, lembrou da
259 conselheira Maria Benedita (SED) que fazia parte na gestão anterior. A
260 conselheira Maria del Carmen (IMDH) comunicou que era membro da regional e o
261 representante no nacional era o conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça Braz).
262 A conselheira Maria del Carmen (IMDH) sugeriu que primeiro seja feita a reunião
263 com o CEDCA para que posteriormente seja levada essa demanda aos
264 Conselhos Estaduais e desta forma o CEDH não interfira na competência
265 específica dos outros Conselhos. O conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça
266 Braz) sugeriu qualificar melhor a demanda, pois a seu ver, essa se encontrava um
267 pouco difusa. Continuou seu relato propondo realizar uma apresentação mais
268 sistemática com dados de Santa Catarina e, além disso, convidar as
269 coordenações da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso
270 – DPCAMI para conhecer em quais aspectos suas demandas precisam ser
271 atendidas em termos de Campanha e a partir disso, dialogar com os Conselhos
272 competentes, verificar quais parcerias podem ser criadas para a efetivação
273 daquela. O presidente lembrou que na reunião com o CEDCA agendada para o

274 dia 16 de novembro poderia ser levado esse ponto ao conhecimento do Conselho.
275 **Encaminhamento: Agendar reunião com o CEDCA e encaminhar ofício ao**
276 **CNDH propondo uma Campanha Nacional.** O presidente sugeriu que fosse
277 reencaminhado ofício a Secretaria de Estado de Administração Prisional e
278 Socioeducativa (SAP) e a Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) solicitando
279 celeridade as apurações do caso do presídio de Caçador e explicou que havia
280 saído matéria recentemente relatando que os servidores envolvidos no caso ainda
281 estariam recebendo suas gratificações e os processos estariam parados.
282 Continuou seu relato dizendo que esse assunto foi discutido em reunião com o
283 Secretário Leandro Lima e este informou que foram tomadas todas as medidas
284 cabíveis. **Encaminhamento: encaminhar ofício a SAP solicitando maior**
285 **celeridade às apurações do caso supracitado.** Dando continuidade a reunião,
286 Fabrício (Acontece) informou que será **encaminhado pedido de Audiência ao**
287 **governo do estado**, e destacou que este ponto já havia sido deliberado em
288 plenária anterior. O presidente abriu para informes. O conselheiro Cláudio Gama
289 (SCC) comunicou que no mês de dezembro estaria de férias. A secretária do
290 conselho lembrou não havia sido discutido o **ponto (9)** da pauta acerca do **debate**
291 **sobre as seqüelas da COVID-19 e a responsabilidade do estado.** A
292 conselheira Lucilene (CUT-SC) relatou que várias pessoas não estariam
293 conseguindo retornar aos seus trabalhos devido as seqüelas do COVID-19, fato
294 que a levou a propor esta pauta para discussão e verificar quais seriam as
295 possibilidades de encaminhamentos para esta demanda na tentativa de se
296 conseguir algum tipo de segurança para o tratamento das pessoas afetadas. O
297 presidente propôs um diálogo com o Conselho Estadual de Saúde (CES) e pedir
298 audiência pública com a Comissão de Saúde da ALESC para tratar deste tema. A
299 conselheira Maria del Carmen (IMDH) fez menção a Comissão Parlamentar de
300 Inquérito (CPI) da COVID-19 que investigou supostas omissões e irregularidades
301 nas ações do atual governo federal durante a pandemia de COVID-19 no país,
302 que mostrou a não importância das mortes de mais de 600 (seiscentas) mil vidas
303 e, de acordo com o seu relato, muito menos importância teria as pessoas com
304 seqüelas porém disse concordar com o encaminhamento proposto
305 **.Encaminhamento: Solicitar reunião com a CES e pedir em conjunto**
306 **audiência pública junto à Comissão de Saúde da ALESC para tratar do tema.**
307 A conselheira Celina (IGENTES) lembrou de convidar o Conselho Regional de
308 Psicologia (CRP-12) e a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-SC). Fabrício
309 (Acontece) agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu,
310 Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a
311 Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.